

O CENTRO DE CONVIVÊNCIA COMO PROPOSTA PARA A VIVÊNCIA SAUDÁVEL DO ENVELHECIMENTO

ALESSANDRA DE SANT'ANNA¹
Primeiro-Tenente (RM2-T)

SUMÁRIO

Introdução
A inclusão do envelhecimento na
pauta das políticas públicas
Considerações finais

INTRODUÇÃO

O presente artigo tem por propósito refletir sobre a contribuição dos centros de convivência de idosos para a melhoria da qualidade de vida de seus usuários, bem como sobre o impacto de suas ações no enfrentamento dos aspectos biopsicossociais do processo de envelhecimento.

A reflexão está estruturada a partir da análise do contexto social, no qual as necessidades sociais do idoso ganham visibilidade, tornando-se alvo de estatuto jurídico e de políticas públicas tanto no que concerne ao poder público quanto naquilo que é de competência da sociedade civil organizada.

Segundo PEIXOTO & CLAVAIROLLE (2005), à medida que as demandas sociais

¹ Graduada em Serviço Social pela Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro, pós-graduanda em Políticas Sociais e Sistema Único da Assistência Social pelo Instituto Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão.

No início do ano de 2010 era Ajudante da Divisão de Apoio à Inatividade da Diretoria de Assistência Social da Marinha.

dos idosos ganharam visibilidade, foi estruturado um conjunto de equipamentos e serviços. Estas medidas foram integradas como diretrizes da política social da velhice e passaram a compor um mercado de bens e serviços que formam a rede de proteção social da pessoa idosa.

O Centro de Convivência é um desses equipamentos, e sua proposta metodológica prioriza o atendimento ao idoso visando ao seu reengajamento social por meio do fortalecimento da autoestima, da autonomia e do fortalecimento de vínculos familiares.

A reflexão aponta que o maior desafio para que os centros de convivência alcancem seu objetivo está na capacidade de sensibilizar os usuários, sobretudo os homens, para aderir às atividades desenvolvidas.

A INCLUSÃO DO ENVELHECIMENTO NA PAUTA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

A partir de 1960, os países em desenvolvimento observaram o surgimento de

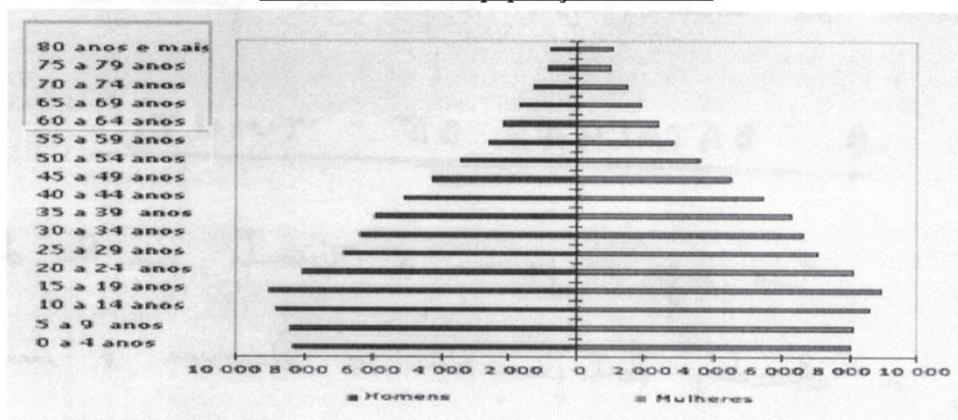
nova demanda para as suas diversas áreas de atuação. Tratava-se do fenômeno social do envelhecimento, já experimentado pelos países desenvolvidos e apontado pelos estudiosos da área como processo irreversível e com tendência a aumentar.

ARAÚJO e ALVES (2000) relatam que a população com menos de 20 anos cresceu 12% de 1980 a 1999 e que a população idosa cresceu 70%, aumentando de 7,2 milhões para 12,6 milhões, e preveem que até o fim do século a expectativa de vida será acrescida de 20 anos.

O aumento da expectativa de vida, associado ao declínio da fecundidade, impactou sobre o perfil da população mundial, uma vez que os idosos passaram a ocupar lugar de destaque na pirâmide demográfica. Segundo TEIXEIRA (2008), o quantitativo de idosos, que em 1950 era de aproximadamente 204 milhões de pessoas, passou para 579 milhões em 1998.

Observando a estrutura etária do Brasil, chama a atenção o que hoje é denominado como “fenômeno da feminilização do

Estrutura etária da população brasileira



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Censo Demográfico 2000.

- População idosa
- Usuários potenciais do Centro de Convivência

envelhecimento”, significando que o número de mulheres idosas é superior ao quantitativo de homens idosos, situação atribuída ao alto índice de óbitos entre os homens, decorrente do aumento da violência e da resistência do público masculino em buscar os serviços de saúde e demais serviços socioassistenciais.

Desenvolver um serviço como o Centro de Convivência, de caráter preventivo e socioeducativo, capaz de alcançar o universo masculino torna-se um grande desafio para os profissionais, pois o homem é mais resistente a aceitar o processo de envelhecimento como algo natural, uma vez que a identidade masculina é construída com base na autoridade, força e virilidade.

Outro dado que merece destaque é a concentração de pessoas na faixa de 50 a 59 anos que, apesar de juridicamente não serem consideradas idosas, têm sido incorporadas ao público-alvo das atividades preventivas dos Centros de Convivência, visto que vivenciam os desgastes próprios do processo de envelhecimento.

Para efeitos legais, no Brasil, o Estatuto do Idoso surge para regular os direitos daqueles com idade igual ou superior a 60 anos. Apesar deste avanço, outras legislações responsáveis pela operacionalização de alguns dos direitos deste público são divergentes quanto à concepção de quem seria o demandatário dos serviços, como é o caso da concessão de benefícios como transporte municipal e Benefício de Prestação Continuada, cujas legislações de referência² compreendem como idoso aqueles com idade igual ou superior a 65 anos.

Quanto à oferta dos serviços socioassistenciais, a concepção de enve-

lhecimento adotada considera que este é derivado de múltiplos fatores, e, mais, que a forma com que cada pessoa vivencia a velhice está associada à sua trajetória de vida e, portanto, é singular.

“A velhice enquanto fenômeno social há que ser compreendida como resultante de um conjunto de determinantes econômicos, sociais, políticos e ideológicos que ocorrem na correlação de forças e contradições engendradas pelo modo de produção capitalista” (GOLDMAN, 2000:20).

Assim, a vivência da velhice é orientada pelo nível de inclusão social do idoso, pela forma com que este se relaciona com sua rede familiar, pelo acesso que possui a equipamentos de lazer associado à sua aptidão em desfrutar desses espaços, pela situação econômica e capacidade de atuação política e comunitária, bem como pelo próprio entendimento que este detém acerca da velhice.

O reconhecimento da velhice como fenômeno social não descaracteriza os aspectos fisiológicos do envelhecimento, mas os contextualiza no campo da diversidade que a realidade social nos aponta, trazendo à baila um novo papel social para o idoso que impõe à sociedade organizada, aos gestores das políticas, bem como aos executores destas, a necessidade de superar preconceitos e criar novas possibilidades em conjunto com os usuários dos serviços socioassistenciais, suas famílias e a rede comunitária.

O trabalho junto ao segmento idoso aponta, no que se refere à percepção deste acerca do envelhecimento e vivência da velhice, que os usuários tendem a percebê-

2 Constituição Federal de 1988, art. 230 §2º, e Decreto 6.214/2007, que suspende os Decretos 1.744/95 e 4.712/2003, que regulam a concessão do Benefício de Prestação Continuada contido na Lei 8.742/1993 (Loas).

la em duas perspectivas contraditórias em si: a primeira trata da velhice como meio de morte, fim, incapacidade, perda de potencialidades, caracterizada por comportamentos depressivos e pessimistas quanto ao presente e ao futuro. A vida presente está especificamente associada às realizações da mocidade e juventude.

A segunda perspectiva trata da velhice como possibilidade de viver e realizar, o que pode levar a um descontrole, à vivência de decepções e frustrações que podem incidir na qualidade de vida. Percebe-se que há um desejo de experimentar situações, relações e possibilidades que anteriormente foram negligenciadas em função de escolhas pregressas.

Na área da política de assistência social, os centros de convivência se apresentam como instrumento privilegiado, uma vez que podem atender, de acordo com a metodologia adotada pelo serviço, às duas perspectivas supracitadas, contribuindo para a superação das dificuldades apresentadas pelo usuário, fortalecendo a identidade individual, construindo uma identidade coletiva e, assim, permitindo aos usuários a formação ou o fortalecimento de uma rede de apoio, de espaços de inserção social e de fortalecimento de direitos.

O Centro de Convivência é um espaço socioeducacional cujo propósito é contribuir para a melhora da qualidade de vida de seus usuários por meio da realização de atividades preventivas de caráter socioeducativo visando ao desenvolvimento e ao estímulo de potencialidades, bem como à autonomia e à inclusão social destes.

SILVA (2004) considera que a cidadania não deriva apenas dos bens materiais, mas também do acesso aos bens simbólicos produzidos pela cultura. Nesta perspectiva, o Centro de Convivência pode ser entendido como uma estratégia para facilitar o acesso do idoso a este capital simbólico

e, de alguma forma, na medida em que se articula com a comunidade, criar uma nova concepção de velhice e de idoso.

Por essa razão, a metodologia do Centro de Convivência pode contribuir para a quebra de isolamento por meio do ingresso numa rede de solidariedade, em que todos os seus membros são dotados de direitos e deveres, permeados por uma ética humanista voltada para o autocuidado e a solidariedade.

A proposta pedagógica das atividades deve ter por finalidade a (re)construção de uma identidade que em alguns momentos pode ter sido recalcada pela história de vida de cada um, do estímulo à convivência familiar, pela qual o idoso passa a ser visto positivamente, e do estímulo à intergeracionalidade, considerando os saberes de idosos e jovens.

As estratégias de intervenção voltadas aos idosos no Centro de Convivência acontecem por meio de atividades em grupo que têm por finalidade minorar os efeitos decorrentes do processo de envelhecimento e estimular e desenvolver capacidades, bem como fortalecer os vínculos familiares e, na mesma medida, fazer com que cada um perceba as dificuldades naturais do processo de envelhecimento e aquelas que são resultado da trajetória de vida de cada um, desde o nascimento até o momento atual.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As reflexões contidas neste estudo indicam que o Centro de Convivência é um espaço privilegiado para o atendimento das demandas do idoso, e acredita-se que por esta razão os países têm investido neste equipamento, que acaba por se configurar como porta de entrada para os serviços socioassistenciais destinados a este segmento.

O perfil da população idosa apresentado pelas agências de pesquisa do Brasil apon-

ta a necessidade premente de investir em políticas sociais destinadas ao público idoso em todos os níveis de complexidade. Atualmente, a metodologia adotada pelos diversos serviços enfatiza o trabalho preventivo com abordagem socioeducativa que tenha por objeto a atenção ao idoso e à sua família, visando a sua inserção comunitária.

A sensibilização do usuário, que leva à adesão ao serviço, deve acontecer por meio do bom relacionamento com os demais ser-

viços socioassistenciais, como unidades de saúde, previdência social, hospitais e demais programas assistenciais que tenham como público-alvo a família, pois o idoso que recorrer a estes serviços poderá ser encaminhado para o Centro de Convivência.

A experiência profissional aponta que os resultados alcançados no atendimento a idosos por meio deste espaço confirmam e qualificam a prestação dos serviços na área da assistência social à pessoa idosa.

📁 CLASSIFICAÇÃO PARA ÍNDICE REMISSIVO:
<PESSOAL>; Idoso; Família; Orientação ao homem;

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARAÚJO, T.C.N. e ALVES, M.I.C. Perfil da População Idosa no Brasil. *Textos sobre envelhecimento. Programas para a 3ª idade: algumas reflexões*. n. 3. Ano 3. Rio de Janeiro: UNATI/UERJ, 2000.
- GOLDMAN, S. N. “Velhice e direitos sociais”. In: Sara Nigri Goldman; Serafim Fortes Paz. (Org.). *Envelhecer com cidadania*. 1 ed. Rio de Janeiro: Timing Publicidade, 2000, v. 1, p. 13-42.
- PEIXOTO, C.E. & CLAVAIROLLE, F. *Envelhecimento, políticas sociais e novas tecnologias*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.
- SILVA, S. D. da. *A implantação de um centro de convivência para pessoas idosas: um manual para profissionais e comunidades*. Rio de Janeiro: CRDE UnATI UERJ, 2003.
- TEIXEIRA, S.M. *Envelhecimento e trabalho no tempo do capital: implicações para a proteção social no Brasil*. Cortez, 2008.